

A polémica criada por Agostinho Lopes em torno dos resultados eleitorais de 22 de Janeiro, do ponto de vista jurídico, pode não significar rigorosamente nada. Esta é a opinião recolhida por "A Semana" junto de vários juristas, mesmo daqueles que são próximos do MpD, que consideram nulas ou remotas as possibilidades do líder ventoinha levar de vencida a impugnação dos referidos resultados junto dos tribunais. Por isso, e segundo uma fonte da CNE, do ponto de vista legal, "não há nada neste momento que retire a vitória ao PAICV".



Sem escapatória

No momento em que esta edição for colocada nas bancas é provável que o líder do MpD, Agostinho Lopes, tenha apresentado ao Supremo Tribunal o seu pedido de impugnar os resultados das eleições de 22 de Janeiro, cumprindo a ameaça que fez nesse sentido, ao considerar que foi "literalmente roubado" nas urnas. Isto partindo do princípio que a Comissão Nacional de Eleições concluiu já o apuramento geral dos votos da Emigração, afixando de seguida os resultados definitivos tanto no país como na diáspora, conforme manda a lei.

Até ontem, pelo menos, a CNE procedia ainda à contagem dos resultados a nível da emigração, através dos originais das actas que lhe foram enviados dos círculos da Europa, América e África. E, uma vez afixado o edital com os resultados finais, poderá Agostinho Lopes concretizar ou não a sua ameaça de impugnar as eleições de 22 de Janeiro no STJ. Segundo o líder do MpD assistiu-se nestas legislativas a uma "fraude em grande escala" em que o povo foi "literalmente roubado", pelo que não reconhece a vitória do PAICV. Mais, acha que Carlos Veiga não deve disputar as eleições presidenciais, nas condições actuais.

No entanto, o estardalhaço feito por Agostinho Lopes pode não passar de fogo de palha. Esta é a opinião geral dos juristas consultados por **A Semana**, para quem o líder ventoinha ou está mal informado acerca da legislação eleitoral, nomeadamente sobre as condições em que uma eleição pode ser anulada, ou então está a procurar, pela via do facto político, desviar a atenção do país, e dos militantes do MpD em particular, das consequências com que ele vai ter de arcar dada a sua derrota nas urnas.

"No sistema cabo-verdiano não existe a figura da impugnação geral das eleições", explica um jurista, que nos remete para o Código Eleitoral. "O que existe, sim, é a possibilidade de os resultados serem anulados nas assembleias de voto ou de apuramento onde houve problemas, e mesmo assim a repetição da eleição só acontece quando os resultados podem alterar a configuração geral das eleições no seu todo. O que Agostinho Lopes ameaça fazer – impugnar as eleições gerais – é uma maluqueira total".

Segundo o artigo 243, do Código Eleitoral, "as votações em qualquer assembleia de

voto ou em qualquer círculo são julgadas nulas desde que se verifiquem ilegalidades que influam no resultado das eleições na assembleia ou no círculo de que se trata". Assim, acrescenta o artigo seguinte, caso forem "declaradas nulas as eleições de uma assembleia de voto ou de todo um círculo eleitoral, os actos eleitorais correspondentes são repetidos no oitavo dia posterior à decisão, havendo lugar, em qualquer caso, a um novo apuramento geral".

Fora isso, o CE estabelece em vários outros momentos em que condições o contencioso eleitoral pode também acontecer. Por exemplo, o artigo 388 ressalva que "as irregularidades ocorridas no decurso da votação e no apuramento parcial podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objecto de reclamação, protesto ou contraprotesto apresentado no acto em que se verificaram". Se assim for o caso, cabe ao STJ, em plenário, "apreciar os recursos interpostos" pelo apresentante ou candidatos e seus mandatários, sendo que "o recurso é interposto no dia seguinte ao da afixação dos editais que tornem públicos os resultados dos apuramentos parcial e geral, perante o STJ" (art. 389).

E, por último, diz o artigo 390, à semelhança do que estabelece o artigo 243, "a votação em qualquer assembleia de voto só será julgada nula quando se verifiquem ilegalidades que possam influir no resultado geral das eleições; e uma vez declaradas nulas as eleições de uma assembleia de voto, os actos eleitorais correspondentes são repetidos no oitavo dia posterior à decisão, havendo lugar, em qualquer caso, a um novo apuramento geral".

E é neste ponto que os analistas da declaração de Agostinho Lopes estranham a atitude desse dirigente, já que é do domínio público que, tirando três casos da ilha do Fogo, a CNE não recebeu qualquer outra reclamação, protesto ou contraprotesto do MpD em relação às assembleias de voto no país.

Quanto à emigração, mais concretamente EUA, até ao fecho desta edição, faltava saber se os originais remetidos para a CNE vinham ou não acompanhados de protestos e reclamações dos delegados do MpD nas mesas de voto. E mesmo que haja, e ainda que por hipótese o STJ mande repetir as ditas eleições por eventuais irregularidades, "nada neste momento tira

a vitória ao PAICV", segundo uma fonte da CNE. "Os problemas levantados pelo líder do MpD – deficiências nos cadernos e outras falhas – não constituem matéria suficiente para impugnar as eleições".

"Em Cabo Verde", explica um jurista, "quem decide sobre a validade e regularidade das eleições é o STJ, mas, para isso, normalmente, a parte interessada tem de reclamar primeiro, e pelo que se sabe o MpD apenas apresentou reclamações na ilha do Fogo e possivelmente na emigração. É com base nas reclamações e protestos que o STJ vai julgar qualquer pedido de impugnação. Por isso, o que está a acontecer neste momento é mais um jogo político de Agostinho Lopes do que propriamente um caso jurídico. O que ele está a fazer é desviar a atenção da derrota dele, numa eventual mobilização das suas tropas, para que não fiquem 'down' para as presidenciais".

Ou seja, para as fontes de **A Semana**, as chances de Agostinho Lopes vencer esta parada no STJ são remotas ou nulas, confirmando-se o ponto de vista de um dirigente do MpD, citado na edição anterior, de que AL foi longe de mais. Um outro jurista, próximo do MpD, confidenciou também a este jornal que o líder do MpD podia dizer tudo o que disse, "menos dizer que não reconhece os resultados eleitorais. Em democracia isto é grave. Mais grave ainda, quando faz referências a novas formas de luta, o que é uma ameaça grosseira, uma barbaridade de todo o tamanho".

Mas não são só os analistas e observadores que se mostram pouco favoráveis ao líder do MpD, que viu na segunda-feira o candidato presidencial Carlos Veiga a demarcar-se praticamente das suas posições, quando apelou ao respeito das decisões da CNE, dizendo que não há razões para as eleições presidenciais não terem lugar no dia aprazado, 12 de Fevereiro (ver Suplemento Eleições Presidenciais).

O Código Eleitoral Anotado, de Mário Silva, com base em várias situações já ocorridas em Cabo Verde, salienta que o sistema "exige, em regra, como pressuposto necessário de qualquer recurso a reclamação, o protesto ou o contraprotesto e a jurisprudência do STJ tem vindo a rejeitar todo e qualquer recurso que tenha sido interposto em violação do presente preceito. Esta jurisprudência foi adoptada de modo firme em vári-

os acórdãos, com o fundamento no princípio da aquisição progressiva dos actos eleitorais, e o STJ não vacila, nem perante indícios de prática de actos criminais".

Por isso, ganha força a tese de que Agostinho Lopes, com o seu "espalhafato", não só tenta fugir da ilação que vai ter de tirar da derrota por ele sofrida a 22 de Janeiro, como prepara a Carlos Veiga o mesmo pretexto para justificar uma eventual derrota na noite de 12 de Fevereiro. "Humanamente é compreensível que ele procure sobreviver, fazendo a luta que considera melhor, só que tem poucas chances de sucesso. Internamente, bater em quem perde é sempre fácil, mas o Agostinho tem de entender que o tempo dele acabou. No nosso sistema quando um líder perde as legislativas, as hipóteses de sobrevivência são nulas. Os militantes não são doidos".

Na mesma linha, aliás, posiciona-se um dirigente do próprio MpD, para quem a situação que o seu partido vive neste momento começa a ficar complicada: "Não falta gente a exigir responsabilidades ao Agostinho Lopes e até ao Rui Figueiredo Soares, embora neste segundo caso o problema não se coloque com tanta acuidade, pois a responsabilidade maior, por uma derrota ou vitória eleitoral, é sempre do presidente do partido".

Para a mesma fonte, "Agostinho neste momento não tem safa. O que ele está a fazer é buscar uma justificação para se manter na liderança, apresentando-se como a principal vítima de uma tramóia do PAICV. Em 2001, o Gualberto do Rosário também tentou a mesma coisa e não deu certo".

Em resumo, ainda que tenha visto a sua vitória manchada por este incidente, José Maria Neves e PAICV podem preparar a festa da vitória. Afinal, como disse a fonte da CNE referida antes neste artigo, do ponto de vista jurídico, "não há nada" que lhes tire a vitória de 22 de Janeiro. E Agostinho Lopes bem pode preparar-se para o "day after", pois não faltará quem defenda que a lei da responsabilização dos titulares políticos, aprovada numa das últimas sessões do anterior mandato parlamentar, lhe deve ser aplicada na plenitude. Afinal, não só mexeu com as instituições do país – CNE, Arquivo de Identificação, DGAE, etc. – como pôs em causa a imagem e a credibilidade externas que Cabo Verde tanto preza e que muitos consideram a nossa principal vantagem competitiva.

José Vicente Lopes

Militantes do MpD falam em convenção extraordinária



Rui Figueiredo e Jorge Santos são responsabilizados pela derrota do MpD nas legislativas

Analisar os resultados das Legislativas e criar condições para a escolha de um novo líder do MpD são dois temas que já esquentam a agenda dos ventoinhas. Estes só esperam que as eleições presidenciais passem para fazer reunir a Direcção Nacional que, por sua vez, convocará uma Convenção extraordinária e pôr tudo em pratos limpos. A pensar já na era pós-Agostinho Lopes nem sequer faltam nomes de potenciais novos líderes para o MpD. Afinal, passado o primeiro grande choque da derrota, há que pensar desde já no amanhã.

O presidente de Mesa da Direcção Nacional do MpD, Amadeu Cruz, disse a este jornal que aí ainda não chegou nenhum pedido de convocatória daquele que é o principal órgão do partido entre duas convenções. A convocação da DN pode ser feita, de acordo com os estatutos, a pedido do presidente do partido, pela Comissão Política ou ainda por um dado número de membros, mas ainda ninguém deu esse passo. *“Acredito que se houver um pedido nesse sentido, mesmo que tenha carácter urgente, a reunião só terá lugar depois das eleições presidenciais”*, prevê aquele dirigente, que é também presidente da Câmara do Porto Novo. Amadeu Cruz escusa-se por ora a tecer quaisquer outros comentários sobre a situação no partido depois do desaire de 22 de Janeiro.

Contudo, mal haja a dita reunião, os resultados eleitorais de 22 de Janeiro serão assunto obrigatório dessa que será a primeira DN depois das eleições, e, em função da análise a fazer, o mais provável é que os conselheiros acabem por convocar uma Convenção extraordinária a fim de escolher uma nova liderança para o MpD. Este é o sentimento prevalecente no seio da família ventoinha, conforme dados recolhidos por **A Semana** na Praia, Mindelo e Santo Antão, e isto quando Agostinho Lopes é já responsabilizado pelo desaire de 22 de Janeiro, ainda que essa responsabilidade seja repartida com outros dirigentes.

São os casos, por exemplo, de Rui Figueiredo Soares, Jorge Santos e até Ulisses Silva, apesar deste último ser apresentado também como vítima da *“gestão”* de Agostinho Lopes na Praia, para não falar de outras figuras menores. Além disso, defendem os mais críticos, a mudança de liderança deve também abarcar as estruturas regionais e locais, já que em muitos casos o MpD perdeu as eleições porque a sua base estava desarticulada ou mesmo mal dirigida. Aqui apontam-se os casos de São Vicente, Porto Novo, Paul, Santa Cruz e até Praia, onde o processo da constitui-

ção das listas de deputados é agora claramente qualificado de pouco feliz.

Em Santo Antão, Jorge Santos e Agostinho Lopes são apontados como os principais responsáveis pelo desaire no Porto Novo sobretudo, mas também no Paul. Os dois também devem responder, segundo críticas do MpD, pelo recuo da base de apoio do MpD na Ribeira Grande, onde o PAICV cresceu largamente, apesar de ter perdido as eleições nesse círculo.

A lista do Porto Novo é claramente apresentada como consequência de uma solução em que prevaleceu o caciquismo de Jorge Santos, em detrimento dos interesses mais nobres do partido. A dupla formada por Joel Barros e Osvaldino Lopes, elementos contestados entre os militantes e muito mal vistos no meio social desse concelho, é apontada como o elemento pernicioso que leva o MpD a perder a sua maioria a favor do PAICV. *“Neste processo o Jorge propôs esses dois amigos e o Agostinho aceitou, por isso os dois que assumam agora a derrota”*, desabafou um dirigente da ilha das montanhas.

Em São Vicente, a par de Agostinho Lopes, Rui Figueiredo é apontado como outro grande responsável pela derrota do seu partido na ilha. Tido como elemento afecto a Ulisses Silva, Figueiredo é acusado de ter montado uma lista em que a palavra renovação esteve ausente dos primeiros cinco lugares. Os seus críticos dizem mais, que ele se deixou levar pelas suas relações de amizade, o que indispôs, inclusive, elementos da sensibilidade de Agostinho Lopes. Um dos exemplos que apontam para provar esse alegado compadrio é António Pascoal Santos, tido hoje como um *“ilustre desconhecido”* na ilha, já que há muito vive na Praia.

Na capital, apesar do *score* não ser mau, Agostinho Lopes carrega o onus de ter relegado valores do MpD para o segundo escalão, a favor de outros oriundos do PCD (Eurico Monteiro e Felisberto Cardoso), ou ainda de ter preferido elementos do seu núcleo duro (Victor Coutinho e Filome-

na Delgado), mesmo que isso significasse deixar de fora José Filomeno ou colocando em situação subalterna Ulisses Silva. Este, aliás, por causa disso, foi pressionado por vários colegas para não aceitar a *“humilhação”* do quinto lugar na lista da Praia. Afinal, tinha uma trajectória dentro do MpD que não podia ignorar.

Agora que está à vista que a estratégia de Agostinho falhou, o descontentamento estende-se a círculos como Mosteiros, Ribeira Grande, Santa Cruz e até à emigração, um lugar que geralmente fica de fora neste tipo de análise. Em relação à diáspora, há quem diga que Agostinho Lopes pode barafustar, esperar ou fazer o que bem entender, só não deve esquecer-se da solução encontrada para o círculo das Américas, onde a pessoa escolhida é Madalena Silva, esposa de Teófilo Santos Silva, casal recém-estabelecido naquele país. *“Portanto, uma pessoa que ninguém ou pouca gente conhece, enquanto o PAICV tinha o “Neves” (i.e. Alberto Alves), que bem ou mal conhece o meio”*. Ou seja, conclui a fonte de **A Semana**, *“no caso da América, pelo menos, não são só as deficiências do sistema eleitoral que justificam a nossa derrota, mas também a escolha das pessoas que foram indicadas para esse combate político. Que experiência tem a Madalena sobre os problemas da nossa comunidade na América para ser cabeça-de-lista?”*

Resumindo, para as fontes deste jornal, o desaire de 22 de Janeiro é consequência dos muitos problemas existentes no seio do MpD e que foram mal geridos por Agostinho Lopes, facto este que ficou patente por altura da constituição das listas em que Rui Figueiredo, em São Vicente, e Jorge Santos, em Santo Antão, praticamente deram as cartas. Em Santa Cruz havia a clivagem entre os grupos de Orlando Dias e Pedro Alexandre Rocha, enquanto que nos Mosteiros, Ribeira Grande, Praia e São Domingos, respectivamente, Francisco Barbosa Amado, António Jorge Delgado, José Filomeno e Alexandre Monteiro

foram postos de lado, sem qualquer cavaço. *“A má gestão de Agostinho Lopes está na origem dos maus resultados em vez de unir o partido, ele criou vários focos de descontentamento”*.

Ainda que o princípio *“rei morto rei posto”* já comece a fazer-se sentir, não falta também quem apresente Agostinho Lopes como tendo sido vítima *“de um golpe dentro do aparelho”*, pois deixou espaço para os seus adversários internos (Jorge Santos e Ulisses Silva) continuarem a dar as cartas. *“Agostinho Lopes ganhou a convenção, mas as sensibilidades derrotadas é que dominaram a composição das listas. Isto ficou claro em vários casos e A Semana chegou a falar disso. Portanto, a derrota não é só do Agostinho”*.

Embora entendam que a questão da liderança deva ser tratada depois das presidenciais, as vozes críticas no interior do MpD vão já pensando na era pós-Agostinho, e deste apenas aguardam um pronunciamento sobre o seu futuro. Afinal, conforme uma das personalidades ouvidas por este semanário, *“o problema da liderança não pode ser escamoteado”*, nem tão-pouco *“o MpD pode continuar com a política de terra queimada”*.

Isto a propósito da recusa do líder do MpD em aceitar a derrota. *“A política de terra queimada não leva a lugar nenhum. Friamente, temos de analisar onde falhámos e procurar constituir uma alternativa desde já, porque é isso que o povo de Cabo Verde espera de nós. O PAICV percebeu isto e ganhou as eleições. Nós, pelo contrário, ficamos amarrados a um certo passado que não diz nada às novas gerações”*.

E na busca de um sucessor para Agostinho Lopes, os nomes de Mário Silva, Olavo Correia, Eurico Monteiro, José Tomás Veiga e até de Gualberto do Rosário acabam por vir à baila. Dos citados apenas Eurico Monteiro não é militante do MpD, mas, segundo uma das pessoas que citou o seu nome, *“se Jorge Santos, que também não era militante, pôde disputar a liderança do MpD, o Dico também pode”*.

JVL/ADP

Veiga demarca-se de Agostinho

A decisão de Agostinho Lopes de não reconhecer os resultados eleitorais poderá ter partido do próprio líder do MpD, tendo Carlos Veiga ficado de fora dessa decisão. Lopes é acusado de não ouvir ninguém, a não ser o núcleo duro que o rodeia, constituído por Victor Coutinho, Filomena Delgado e Jorge Nogueira. No entanto, há quem ache que o antigo líder do MpD bem pode estar por trás desta que já é vista como uma grande manobra de diversão.

A tese de que Agostinho Lopes avançou por sua própria conta e risco, não concertando com Carlos Veiga e outros dirigentes mais “apetrechados”, entre eles Mário Silva, sobre os meandros do processo eleitoral está a ser defendida por elementos afectos àquele candidato presidencial. Estes alegam que com a dita declaração, Lopes prejudicou mais do que beneficiou Veiga, que se viu obrigado a demarcar-se do líder ventoinha, isso depois de num primeiro momento ter afirmado que não entrava nessa celeuma por ela ser partidária.

Carlos Veiga acabou por perceber que, com essa aparente hesitação, estava a ser parcial, para não dizer omisso, em relação ao grande tema do momento e que isso não abonava a favor de um candidato que tem propalado que vai ser um “presidente atento” aos problemas do país. E, com o país a viver um dos seus momentos mais críticos, não fazia sentido manter o corpo fora da polémica criada por Agostinho Lopes, mesmo que a pretexto de ser uma questão partidária.

Por isso, ainda que a contragosto, a demarcação de Veiga face à posição assumida por Agostinho Lopes acabaria por acontecer na segunda-feira, quando, sem se referir expressamente ao seu colega de partido, exortou os seus apoiantes no comício da Várzea a respeitarem as decisões que vierem a ser tomadas pelos órgãos competentes, CNE inclusive, sobre as denúncias de supostas fraudes nas legislativas de 22 de Janeiro feitas pelo presidente do MpD.

Aquele candidato presidencial teve também de reafirmar no referido comício o que já havia dito em Lisboa, a propósito desta crise, isto é, que não vê razão para as eleições de 12 de Fevereiro serem adiadas, se corrigidas as falhas detectadas nos cadernos eleitorais. Mais: se eleito, não terá “nenhuma dificuldade em trabalhar com um governo do PAICV, escolhido legitimamente pelo povo cabo-verdiano”.

Ou seja, se porventura Carlos Veiga tem algo a ver com a denúncia de Agostinho Lo-

pes, este acaba de ser deixado à sua própria sorte pelo candidato presidencial. Afinal, até o PCD (ou o que resta dele), que veio em socorro de AL, fez questão de deixar claro que as decisões que os órgãos competentes vierem a tomar devem ser “natural e escrupulosamente” respeitadas, “pois assim mandam as regras do jogo democrático e o próprio Estado de direito democrático plasmado na Constituição de 1992”.

Apoiantes de Carlos Veiga têm dado a entender nas conversas com este jornal que o líder do MpD não dá ouvidos a ninguém, a não ser ao seu núcleo de indefectíveis, formado por Victor Coutinho, Filomena Delgado e Jorge Nogueira. A inexperiência, ou o cinzentismo, do referido grupo é algo que nem os próprios militantes e dirigentes do partido conseguem esconder, sendo esta, aliás, uma das críticas apontadas à actual liderança do MpD, a quem responsabilizam pela derrota de 22 de Janeiro (ver pág 3).

Sinais

Ainda assim, o recuo de Carlos Veiga pode perfeitamente ter a ver com o impacto negativo que a declaração de Agostinho Lopes acabou por ter junto da opinião pública, que não vê espaço para 74 mil eleitores terem votado fraudulentamente, como acusa o líder do MpD. Isto quando os comícios do PAICV em Santiago, São Vicente, Santo Antão e noutros pontos do país, se mostraram concorridos, batendo muitas vezes, e de forma clara, os do MpD. Para estes observadores, os resultados eleitorais mostram-se relativamente equilibrados entre as duas maiores formações. O controlo que o MpD conseguiu a nível das mesas de voto, por possuir a maioria das câmaras municipais, dava-lhe também um vasto espaço de manobra, mais o facto de os delegados da CNE, formados por Mário Silva e outros juristas afectos aos ventoinhas. Todos estes são dados que também não abonam a favor do MpD na hora que em vem gritar fraude.

Ademais, foram os próprios sinais emitidos – durante a campanha e no momento logo a seguir à votação – que mostraram um MpD tímido a ficar demasiado tempo na defensiva em relação ao PAICV. Isso quando não denunciava situações de angústia e alguma ansiedade quanto à sua real capacidade e desempenho, solicitando insistentemente reforços aqui e ali. E, então, era ver Carlos Veiga a entrar no terreno em Santa Cruz, São Nicolau e outros pontos do país, em socorro do seu partido. O país, aliás, viu Janine Lelis a respirar de alívio por ter sido eleita, quando, segundo ela, as sondagens do MpD davam os dois deputados do Sal ao PAICV.

No meio disso há até quem se lembre que, tal como registou **A Semana**, o artigo do Diário de Notícias a falar de uma “coabitação” em Cabo Verde entre José Maria Neves no governo e Carlos Veiga na Presidência da República, não era inocente. “Era um sinal de que o MpD estava mal e havia que preparar os eleitores, antecipadamente, para o discurso da coabitação, tal como vem fazendo agora a candidatura de Veiga”.

“Um outro sinal de que o MpD estava mal era a insistência do Agostinho Lopes em debater com José Maria Neves”, prossegue o mesmo analista. “No nosso sistema só pede debate quem está mal e precisa jogar esta última cartada para reverter a situação”.

“Por isso”, conclui a mesma fonte, “havendo uma mega-fraude, como acusa Agostinho Lopes, o líder da oposição não precisava nem abrir a boca: no dia seguinte à eleição o povo estaria na rua como aconteceu na Ucrânia”.

Neste quadro, e quando começam a surgir várias especulações sobre as verdadeiras motivações de Agostinho Lopes, há quem aponte para a eventualidade desse político ter, com a sua declaração, criado uma manobra de diversão política, para desviar a atenção dos militantes do MpD impedindo assim de se concentrarem na situação interna do partido. Mas há também

quem acrescente um segundo motivo: atenuar a acusação de José Maria Neves, segundo a qual o narcotráfico apostou forte nesta campanha eleitoral, e que caiu que nem uma bomba em todo o país em pleno processo de votação.

Ascendência de Veiga

Mas há também quem não se esqueça da ascendência que Carlos Veiga sempre exerceu no MpD. Além disso, a declaração política de Agostinho Lopes – a que veio a desdizer a primeira, pronunciada no dia seguinte às eleições e que reconhecia a vitória do PAICV –, aconteceu poucas horas depois de Carlos Veiga ter arrancado com a sua campanha eleitoral na Gamboa, que ficou bem longe da adesão e do entusiasmo conseguidos pelo seu adversário na Rotunda 1º de Maio. Além disso, este jornal sabe que na noite desse dia, horas antes do arranque da campanha, Carlos Veiga esteve às voltas com uma “reunião de emergência”, cuja finalidade não conseguimos descortinar na totalidade.

Munido de todos estes sinais, um observador bem situado lembra que a experiência mostra que, em questões jurídicas, Carlos Veiga é quem dá as cartas no MpD e que muito dificilmente Agostinho Lopes avançaria para a sua contestação sem consultar primeiro o seu mentor. Contudo, a forma tosca como as questões de justiça eleitoral são apresentadas pelo líder ventoinha levantam sérias dúvidas quanto a ser Veiga, cuja competência é reconhecida, o conselheiro jurídico que empurrou o seu colega para tão pobre exercício do Direito.

“Pode até ser que tenham dado corda ao Agostinho, para que ele se armasse em falcão e depois Veiga aparecesse como o homem do diálogo, que respeita as instituições, e que é capaz de coabitar com um governo do PAICV. Nesta altura admito tudo, porque essa gente do MpD já provou que é capaz de tudo”, responde o nosso observador quando confrontado com a situação.

CISL recusa a CCSL como seu membro

O Comité Executivo da Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL) rejeitou o pedido da Confederação Cabo-Verdiana dos Sindicatos Livres (CCSL) para ser seu membro de pleno direito. Tudo porque central sindical nacional pretende ser a herdeira dos bens patrimoniais de UNTC-CS e estar representada em apenas duas das nove ilhas de Cabo Verde. José Manuel Vaz, presidente da CCSL, recusou-se pronunciar sobre o assunto, alegando desconhecer tal decisão.

As fontes de **A Semana** garantem que, foi o próprio Secretário-Geral do CISL, Guy Ryer, que comunicou, através de uma nota de 12 de Janeiro último, a recusa do CISL em aceitar a Confederação Cabo-Verdiana dos Sindicatos Livres como seu filiado.

Esta decisão acontece no momento em que esta organização sindical mundial está a preparar-se para convocar, em Outubro deste ano em Bruxelas, o congresso da Confederação Internacional de Sindicatos Livres, o que irá dissolver essa instituição e criar uma outra nova à escala planetária. Isto depois de fundir-se com a Confederação Mundial do Trabalho (CMT), que é a segunda maior organização sindical internacional, também com sede em Bruxelas.

A decisão de indeferir o pedido da Confederação Cabo-Verdiana de Sindicatos Livres foi tomada em Dezembro do ano findo, numa das sessões do Comité Executivo da mesma confederação. "A Confederação In-

ternacional de Sindicatos Livres decidiu recusar o pedido de filiação da CCSL nela, alegando o facto de esta central sindical nacional continuar a pretender ser a proprietária de todos os bens que pertenciam à União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde - Central Sindical, pretensão essa que já foi rejeitada por decisão judicial", assevera um informante de **A Semana**.

É que, segundo explicam as mesmas fontes, tal propósito está contemplado no n.º 4 do artigo 55.º do estatuto da CCSL ainda em vigor. "A Confederação Cabo-Verdiana de Sindicatos Livres assume-se como uma das proprietárias de todos os bens móveis e imóveis da extinta UNTC-CS, que regia pelo decreto-lei n.º 50/80, de 12 de Julho de 1980". Uma cláusula que ficou sem validade jurídica, na sequência da decisão do Tribunal da Primeira Instância e do Supremo Tribunal de Justiça, que reconheceram, em Outubro de 1998 e Dezembro de 1999, respectivamente,



o direito patrimonial à UNTC-CS.

Um outro motivo que levou a maior confederação internacional de sindicatos a não admitir a organização de José Manuel Vaz como seu membro, tem a ver com o facto de esta estar representada em apenas duas das nove ilhas de Cabo Verde, segundo apurou o

estudo da representatividade sindical no país, realizado em Junho de 2005, com o patrocínio da Organização Internacional do Trabalho. Isso sem contar o facto de 70% dos dirigentes dessa mesma central cabo-verdiana estarem com o mandato por renovar desde 1992.

Ou seja, conforme o conteúdo da missiva que vimos citando, o Comité Executivo da Confederação Internacional de Sindicatos Livres chama a atenção para a situação de ilegitimidade em que se encontram os órgãos dirigentes da CCSL, porquanto, desde há 14 anos que esta foi criada, realizou apenas um congresso.

O Presidente da Confederação Cabo-verdiana de Sindicatos Livres, José Manuel Vaz, recusou-se, no entanto, a pronunciar-se sobre o assunto, alegando desconhecer tal decisão, porque se encontra em gozo de férias.

De salientar que a Confederação Internacional de Sindicatos de Livres foi criada em 1949 e nela estão filiados, incluindo a UNTC-CS, 236 organizações pertencentes a 154 países e territórios dos cinco continentes. A mesma conta com 155 milhões de membros, dos quais 20% são mulheres.

Alirio Dias de Pina

Onda de vingança ventoinha em São Miguel

Moradores das localidades de Calheta, Pilão-Cão, Flamengos, Achada Monte e Achada Bolanha insurgem-se contra a Câmara Municipal de São Miguel que, segundo os mesmos, tem tomado uma postura "anti-democrática". Queixam-se de estar a "pagar injustamente" por não apoiarem o partido ventoinha sofrendo na pele a "vingança" destes sob todas as formas: corte no abastecimento de água, luz e até expulsão do trabalho. E nem a localidade de Bilimboa escapou àquilo que em São Miguel já se designa de "perseguição política".



Manuel (à esquerda) e Francisco (à direita) perderam o trabalho por escolherem o PAICV



Bilimboa sem água

Sexta-feira, 3 de Fevereiro de 2006

Manuel Cardoso e Francisco Fernandes trabalharam vários meses na construção da praça de Veneza, obra municipal, mas, segundo revelam, acabaram por ficar desempregados depois de revelarem a sua preferência política na presença do responsável da obra (um tal de Míndo).

Segundo Cardoso, a ameaça daquele responsável de "expulsar todos os elementos do PAICV, deixando trabalhar só os que preferiam os ventoinhas, parecia uma brincadeira mas tornou-se realidade quando suspenderam o trabalho por uns dias e depois só chamaram para reintegrar no posto de trabalho os que alinhavam com eles".

Considerando-se "injustiçados", Cardoso e Fernandes pedem a quem de direito que ponha cobro a essas atitudes que não se coadunam com um estado de direito democrático. Eles são apenas exemplos de muitos outros que, conforme **A Semana** apurou, tiveram o mesmo destino.

Cortes de água

Mas a "vingança ventoinha" também passa pelo corte do bem mais precioso que a natureza nos oferece – a água. Achada Monte, Pilão-Cão, Flamengos (Pedra Barro), entre outras que, por coincidência ou não, são localidades onde o MpD perdeu as eleições legislativas, ficaram sem água.

O responsável da zona de Pedra Barro, Flamengos, José Carlos de Carvalho, acusa a CMSM de fazer "discriminação partidária". "Há 22 dias (informação recolhida na segunda-feira) que estamos sem água. Só vemos o carro de bombeiros a passar para abastecer as localidades de Pedra Saradu e Tagarra, justamente para as suas gentes", afirma Zé Carlos.

Achada Monte (cima) é outra zona onde a população tem passado por problemas de água. Segundo denuncia Joaquim Correia, "um dia depois das eleições, quando regresssei a casa, a minha

filha de 16 anos informou-me que os senhores da água vieram cá, arrancaram o contador e deixaram o seguinte recado: Diz ao teu pai para dizer ao José Maria Neves para vir pôr a água".

E nessas andanças de cortes de água, as "tropas de água" chegaram, nesse mesmo dia, a Bilimboa (localidade situada entre Tenda e Bolanha). Mas um cidadão emigrante que responde pelo nome de Marcelo Tavares não permitiu que consumassem o acto, por considerá-lo "um desrespeito aos cidadãos". Dias depois, Bilimboa ficou sem água, com a informação de que um tubo havia rebentado. Seja o que for, Tavares acha estranho que isso tenha acontecido logo após uma tentativa de corte mal sucedida. Por isso este homem que vive em França e passa as férias no país diz que tem os seus motivos para suspeitar de uma vingança política.

Mas também há quem tenha ficado no escuro logo após o dia 22 de Janeiro. É que nas cenas de cor-

ta/corta, nem a comadre do recém-releito deputado Filipe Furtado foi poupada. Como relata a nossa fonte, "há mais de dois anos que Furtado fez passar, através de um fio, a luz da casa da cunhada, que se encontra emigrada, para beneficiar a sua comadre que desde então pagava a conta normalmente. Mas só que a comadre, ao apoiar claramente o PAICV, desagradou ao compadre que, sem lhe dar cavaco, terá arrancado com as próprias mãos ou mandado alguém arrancar o fio que até agora levava a luz a casa da sua comadre que ousou desafiar-lo e entrar no grupo de batucadeiras que cantaram viva PAICV".

Reacção de Rui Semedo

Diante disso tudo, o dirigente do PAICV, Rui Semedo, aproveitou um comício em Pilão-Cão para considerar o que se está a passar em São Miguel como um acto de "desespe-

ro, vingança, ódio e uma atitude anti-democrática" por parte dos dirigentes ventoinhas. Considera, igualmente, a atitude dos dirigentes do MpD de São Miguel "um atentado à liberdade das pessoas" que têm o direito de votar de acordo com a sua consciência em cada momento da sua vida. Lembrou que o MpD deve trabalhar para ganhar uma nova confiança dos cidadãos.

Semedo pede a colaboração de todos para investigar quem está a ser prejudicado, prometendo uma medida condizente do Governo.

Este semanário tentou várias vezes contactar o responsável pelo serviço de água em São Miguel, mas este mostrou-se sempre indisponível. Da última vez que atendeu o telemóvel disse que entraria em contacto com o jornal, algo que não aconteceu. Entretanto, tentámos também contactar o responsável pela obra municipal (Míndo) mas, conforme a recepcionista da Câmara Municipal de São Miguel, ele está fora do país.

Amadeu Oliveira move

ACÇÃO-CRIME CONTRA JORGE SANTOS

Amadeu Fortes Oliveira, jurista e segundo elemento da equipa do PAICV por Ribeira Grande nas legislativas de 22 de Janeiro último, apresentou, a 24 do mesmo mês, uma queixa-crime junto da Procuradoria Regional da República, contra Jorge Santos. Tudo porque este, enquanto cabeça-de-lista do MpD no referido círculo eleitoral, terá afirmado, no decorrer de um comício realizado em Coculi, que Oliveira é corrupto e mandante de um crime de furto que aconteceu na residência oficial do presidente da Câmara, em Ponta do Sol. Além de solicitar a condenação de JS pelos crimes de calúnia, injúria e difamação, Amadeu pede uma indemnização de 250 contos por danos morais causados.

Formalizada que está a queixa de Amadeu Oliveira, este jornal apurou que Jorge Santos poderá depor a qualquer momento, na qualidade de arguido do processo, junto da Procuradoria da República da Comarca da Ribeira Grande, Santo Antão. "A minha decisão de intentar essa acção judi-

cial contra Jorge Santos foi a forma que encontrei para dizer-lhe que a Ribeira Grande já não é uma coutada sua, onde ele pode fazer o que bem entender, mesmo passando por cima das pessoas e da sua honra e dignidade", comenta Amadeu Oliveira.

Oliveira conta que tudo começou por volta das 21 horas do dia 15 de Janeiro, quando, no comício da campanha eleitoral do MpD em Coculi, JS, discursando para os presentes, insurgiu-se contra a pessoa do outro candidato da lista adversária, nos seguintes termos. "Que Amadeu Oliveira era corrupto. Que Amadeu tinha organizado e era o mandante de um crime de furto cometido na casa oficial do Presidente de Câmara, sito em Ponta do Sol, de onde ele e os seus companheiros teriam furtado algumas fotografias. Que o queixoso andava a exibir riqueza e a esbanjar dinheiro na campanha, quando nunca tirou um dia de trabalho, pelo que teria que vir explicar onde estava a sair com tanto dinheiro".

O jurista fundamenta que o antigo presidente da Câmara da Ribeira Grande cometeu, com as suas afirmações, os crimes de calúnia, injúria e difamação. "Ao proferir as afirmações acima transcritas, Jorge Santos agrediu de forma falsa e com dolo directo o bom nome do queixoso, de tal modo que este sofreu tremenda dor, um enorme dano moral resultante de cada conduta ilícita daquele".

Amadeu pede, por isso, que o tribunal condene o arguido pelos alegados crimes, ao mesmo tempo que solicita uma indemnização no valor de 250 contos por danos morais causados à sua pessoa e família.

O queixoso apresentou 10 testemunhas, que afirmam ter ouvido, ao lado de Oliveira, as afirmações que o jurista agora imputa a Jorge Santos. Com este foi impossível chegar à fala, apesar das tentativas de **A Semana** nesse sentido.

Alírio Dias de Pina

SANTO ANTÃO

JOEL BARROS

acusado de delapidar bens do GTI

Técnicos de Santo Antão acusam o coordenador do Gabinete Técnico Intermunicipal de estar a desbaratar equipamentos do Serviço Logístico de Construção (SLC), financiados pela Cooperação Luxemburguesa. Em causa estão quer um camião para o transporte de contentores e uma britadeira que já foram vendidos a privados, quer ainda outras máquinas que se encontram em avançado estado de deterioração. Joel Barros defende-se, afirmando que a iniciativa de vender o camião foi do Conselho Directivo da Associação dos Municípios de S. Antão.



Essa polémica veio à tona com a venda do camião de contentores a um privado por cerca de 3 mil contos quando, no mínimo, devia custar quatro vezes mais, segundo cálculos de um técnico que trabalhou ligado ao SLC. De resto, diz a nossa fonte, “esses equipamentos nem sequer deveriam ser vendidos desta maneira porque, além de serem património do Estado, foram financiados por uma cooperação estrangeira, pelo que era preciso uma autorização expressa para efectivar a venda”.

Acontece, no entanto, que aquele camião teve um “pequeno probleminha” no motor mas, porque não o repararam convenientemente em tempo útil, quando foi vendido apresentava diversos problemas. Na verdade, vários outros equipamentos financiados pela Cooperação Luxemburguesa e adquiridos pelo Gabinete Técnico Intermunicipal vão à sucata ou são alienados a privados por um

preço “abaixo do que realmente poderiam custar, porque não recebem a manutenção adequada e acabam por ter um período ‘útil de vida’ muito inferior ao esperado,” acrescenta um dos promotores da ideia de criar o SLC.

Aliás, fora o camião, os técnicos dizem lamentar a venda de uma britadeira do SLC a uma empresa privada e, ao que tudo indica, foi também alienada por uma soma aquém do preço do mercado. Os responsáveis do GTI estão “a delapidar todos os pertences do SLC, um serviço que foi criado para dar assistência logística ao processo de construção de infra-estruturas na ilha das montanhas”, de acordo com uma fonte de **A Semana**.

É a mesma fonte que manifesta uma certa revolta perante essa “desmontagem do projecto”, já que “a ideia inicial era transformar o SLC numa sociedade mista de construção para executar as obras de médio por-

te em Santo Antão”. Só que o processo foi “tão mal conduzido” na última década que restam apenas “fantasmas” das retro-escavadoras, outros equipamentos foram em boa parte liquidados e o guindaste não presta o serviço para o qual foi adquirido.

Nisso quem sai a perder, reitera um técnico, são os santantonenses que nesta altura já deveriam ter uma empresa de construção capaz de concorrer com outras firmas do ramo. E com isso poder-se-ia evitar a morosidade que normalmente precede o arranque de determinadas infra-estruturas naquela região, por causa do lento processo de transporte de equipamentos de outras ilhas para Santo Antão.

Joel Barros, coordenador do GTI, reconhece que “existe uma certa dificuldade para fazer a manutenção dos equipamentos do SLC, porque quem os aluga não cumpre os compromissos financeiros para com o servi-

ço”. Deste modo, diz aquele responsável, as máquinas estão com várias deficiências pelo que “foi necessário vender o camião para fazer os arranjos naqueles equipamentos”.

De qualquer forma, Barros explica que a decisão de alienar a viatura não foi sua, mas sim do Conselho Directivo da Associação dos Municípios de Santo Antão, que tutela o GTI. Acrescenta, no entanto, que “todo o processo de alienação foi conduzido de modo transparente, pois até houve um concurso público divulgado nos jornais”.

Quanto à venda da britadeira, o coordenador do GTI deixou transparecer que desconhece os meandros do processo de venda, ao afirmar que a “única coisa que foi vendida nos últimos meses foi o camião”. Seja como for, os nossos contactos confirmam que a mesma máquina se encontra na mão de privados.

João Almeida Medina

Sexta-feira, 3 de Fevereiro de 2006

NASA escolhe Cabo Verde para estudar monções africanas



ILHA DO SAL VAI TER OBSERVATÓRIO DA NASA

Dentro de seis ou sete meses Cabo Verde poderá contar com uma delegação da Agência Espacial Americana (NASA) que vai estudar e observar os efeitos das monções africanas no clima global. A notícia foi divulgada esta semana pelos dois representantes daquele serviço dos EUA, cuja missão em Cabo Verde é estudar a melhor forma de aplicar o projecto.

De acordo com o engenheiro da NASA e chefe da delegação, Michael T. Gaunce, esta missão é de fulcral importância para os EUA e para o mundo, já que permitirá

uma observação mais próxima e minuciosa deste fenómeno da natureza que são os furacões, possibilitando uma melhor compreensão e, portanto, um melhor combate aos seus efeitos destruidores.

Há menos de um ano, recorde-se, os EUA viveram momentos difíceis e dramáticos, como realça Gaunce, citando o caso do furacão Katrina que assolou Nova Orleães, provocando grandes estragos.

Cabo Verde tem assim uma importância estratégica, explicou a **A Semana** Michael T. Gaunce, porquanto “a mai-

oria dos furacões do Atlântico têm origem na costa ocidental africana, atravessando o oceano desde a direcção oeste, próximo do arquipélago”. Cabo Verde participa, desta forma, num programa alargado a todo o continente africano e que irá estudar durante um ano a monção africana, através do centro meteorológico de Cabo Verde.

Para estudar a formação dos furacões nesta região, a NASA planeia trazer um avião DC-8 de pesquisa, devidamente equipado, que terá como base a ilha do Sal, e também um radar que deverá ser instalado em Santiago. Para isso, Michael T. Gaunce e o seu colega, o cientista John Gerlach, estiveram na segunda-feira passada na ilha transil. maior, a fim de observar de perto as condições para a implantação do referido radar. E, se tudo correr como o previsto, os equipamentos deverão estar no país até Novembro, num arranque a valer da missão.

Após um encontro, no Sal, entre os dois norte-americanos e as equipas do Instituto Nacional de Meteorologia, o representante dessa instituição, José Pimenta Lima, afirmou que a missão da NASA, que contará certamente com a participação de pessoal nacional, será de extrema importância para Cabo Verde, para a sua meteorologia e cientistas nacionais.

A parceria com a NASA vai representar ainda uma revolução tecnológica na área dos estudos da atmosfera e ambiente, já que, para Pimenta Lima, alguns dos sistemas usados em Cabo Verde estão obsoletos e a introdução de sensores e outros equipamentos de “grande fiabilidade” constituirá um grande avanço.

KS

Jon Luz

ensaia CD de estreia

“Morna San Jon” deverá ser o título do CD de estreia de Jon Luz. Depois de alguns anos a acompanhar artistas de renome nacional e internacional, o jovem músico cabo-verdiano, que vive em Portugal, quer revelar ao mundo a sua perspectiva sobre a música cabo-verdiana. Para tirar da clandestinidade esta simbiose entre os ritmos crioulos e os do resto do mundo que alimentam a sua criatividade.

Natural de Santo Antão, onde nasceu em 1975, Jon Luz é um músico autodidacta que, aos 14 anos, tirava do violão e do cavaquinho as suas primeiras notas, para embalar as serenatas que outrora animavam as noites de Mindelo. Este ambiente proporcionou-lhe a oportunidade de conhecer os veteranos Manuel d’Novas, Ana Firmino e Malaquias Costa, a quem passou a acompanhar nas noites cabo-verdianas. Mais tarde, Jon Luz trabalhou com Luís Morais, Chico Serra, Voginha, Tei, Tolas, Boy Gé Mendes, Celina Pereira, Gardénia, Vlú, Fernando Queijas, dentre outros.

Mas a sina do cabo-verdiano viria bater-lhe à porta: Jon Luz emigra na



segunda metade da década de 1990 para Portugal. Naquele país, Jon Luz integra o elenco de alguns espectáculos de dança, entre eles “Uma História da Dúvida”, “Dau Dau”, ambos da companhia portuguesa Clara Andermatt, “Mascarhome” e “Fabrico Próprio”, da coreógrafa Amália Bentes, participando ora como intérprete ora como co-autor das bandas sonoras. Pro-

jectos que lhe permitiram viajar pelo mundo fora. De regresso a Portugal, Jon Luz integra a banda de Tito Paris, acompanha Sara Tavares, Gil do Carmo, Filipa Pais, Maria Alice, Lura, Titina, Ildo Lobo....

Agora, é membro do conjunto que acompanha João Afonso. Mas, paralelamente, Jon Luz desenvolve “Morna San Jon”, um projecto musical em que os ritmos afro-urbanos e denominados world music convergem com a musicalidade inata e quotidiana do cabo-verdiano. O disco, lê-se num artigo publicado na agenda cultural da Festa do Avante, é uma viagem musical e performativa pelo

“mundo de destinos valiosos e fugidios” de Jon Luz. “Destinos simétricos onde a prova é simples - cantar com guarnição e simplesmente cantar”, escreve o Avante. Qualidades que, dizem aqueles que já escutaram o músico santantonense, fazem de Jon Luz “uma verdadeira nova estrela de Cabo Verde, um enorme talento a ser descoberto”.

TSF

AGENDA CULTURAL

- Tito Paris e Celina Pereira cantam hoje, 3 de Fevereiro, no Centro Cultural Olga Cadaval, em Sintra, Portugal. Duas gerações, dois estilos, Tito Paris e Celina Pereira partilham a mesma paixão pelas mornas e coladeiras.
- Vencedor do Prémio RFI Músicas do Mundo 2005, Tcheka Andrade está em Angola para três concertos. Depois de ontem, 2, ter cantado na capital angolana, Luanda, Tcheka dará hoje, 3, um concerto em Cabinda. O último espectáculo do intérprete de “Nu Monda” em Angola é no domingo, 5, em Benguela.
- “A filha do Capitão” e “O Codex 632” são os dois romances que José Rodrigues dos Santos lança na próxima semana, em Cabo Verde. Os leitores praienses serão os primeiros a conhecer de perto estes dois best-sellers, num lançamento a decorrer às 18h30 de terça-feira, no CCP. Depois da capital, Rodrigues dos Santos viaja até ao Mindelo, onde lançará os dois livros na próxima sexta-feira, no Café Mindelo, também às 18h30.
- O jornalista português José Rodrigues dos Santos vem a Cabo Verde para contactar com os seus colegas cabo-verdianos e com o público em geral. Durante a sua estada na Praia, o profissional deverá orientar uma conferência-debate sobre “Jornalismo e Escrita Literária”. O encontro está marcado para segunda-feira, às 18h30, no Centro Cultural Português. Esta iniciativa repete-se no Centro Cultural do Mindelo, na quinta-feira, sempre às 18h30.
- A música no Quintal tem hoje a batuta dos Tropical Som, a partir das 21 horas. Amanhã, à mesma hora, a animação é por conta da guitarra de Kiss, do baixo de Betinho, do clarinete de Beto, do teclado de Zezinho e da voz de Tino.
- Neste fim-de-semana, o Tabanka Mar aposta na prata da casa para animar as noites praienses. Assim, hoje e amanhã, o grupo Tabanka Band promete muito balanço com as mornas e coladeiras que estão no ouvido de todos. Já no domingo este espaço abre-se à Associação de Estudantes do Liceu Domingos Ramos para um espectáculo de recolha de fundos. Garantidas estão já as presenças de Paulinha, Kisó, Sara e Teté Alhinho, Ulisses, Djodje & TC, Blend, Cady, Ulisses e Shrek & Alcibiades. Esta jam session começa às 18h59 em ponto.
- Bau e Voginha actuam hoje, 3, a partir das 23 horas, no Alta Lua, MindelHotel. Os dois músicos adeptos de fusões terão um convidado especial: Edson, uma nova voz das noites musicais do Mindelo.

Música

Sexta-feira, 3 de Fevereiro de 2006

A guitarra, por Luís Rendall

Este é um daqueles trabalhos que não demora muito tempo a enranhar quem o escuta. Não demora nada, aliás.

“Guitar é mi” é a expressão pura do virtuosismo de Luís Rendall, um dos nomes maiores da guitarra cabo-verdiana. Tendo por base as gravações que o português João Freire fez da música e das histórias do guitarrista crioulo, este disco mostra Rendall como músico e homem. Uma contribuição para perpetuar a memória de uma figura que nos deixou há duas décadas.

Ao longo de 18 faixas percorre-se o génio e a autenticidade de Luís Rendall, um músico que, para muitos, foi o grande responsável pela modernização da guitarra cabo-verdiana. Baseado numa colecta da música

e voz do guitarrista, que o fotógrafo português João Freire fez nos anos 80, este disco distancia-se da linguagem

hermética dos estúdios de gravação, mostrando sem medos o ambiente informal e espontâneo em que os registos foram captados. Desta forma, aos dedilhados de Rendall e de Armando Tito, segundo-violão, junta-se o chilrear de pássaros, o barulho de electrodomésticos e as vozes, o que confere a este CD um toque de vida e de espontaneidade. Trechos destes registos haviam já sido editados nessa década, em vinil.

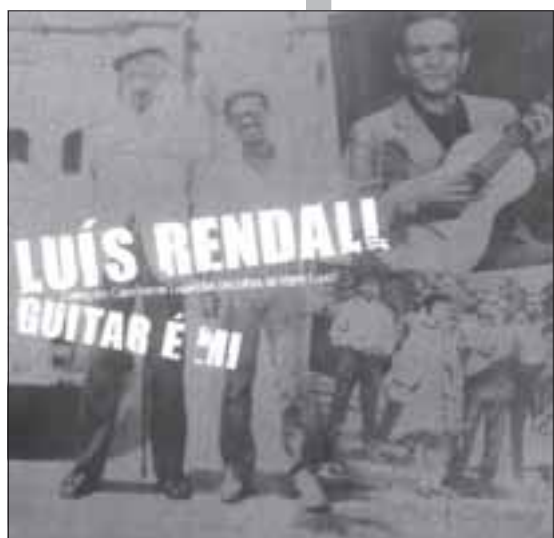
A opção pelo som “cru” e sem qualquer tipo de arranjos justifica também faixas como “Loucura pelo violão”, em que Rendall fala na primeira pessoa sobre o momento em que a guitarra passou a ser uma extensão do seu próprio corpo. Nesta faixa, a voz de Rendall dá a conhecer um tal de João da Mata, brasileiro de Alagoas, que foi o grande responsável por essa “loucura pelo violão” que o guitarrista crioulo diz sentir. Um marinheiro bon-vivant que passava “30 a 40 horas no Mindelo”, mas que deixava tudo e todos espantados com a sua guitarra. “Nunca vi ninguém igual”, diz várias vezes Luís Rendall.

Mas há mais. Em “Ensaio”, faixa em

que Rendall ensina Armando Tito a tocar um trecho de “Carlina”, o músico explica que este tema é um tributo ao “senhor Presidente da República”, que o ajudou a viajar para Portugal quando “os problemas da vista” o apanharam desprevenido. Carlina, note-se, é o nome da esposa de Aristides Pereira.

Foram estas e outras histórias e sons que fizeram de Rendall um dos mais admirados nomes da música cabo-verdiana. Nascido em Fevereiro de 1898, em São Vicente, cedo se introduziu nos meandros da guitarra e da canção cabo-verdiana. As ruas do Mindelo e a Escola de Música de São Vicente foram a sua escola, a Boa Vista uma das suas grandes inspirações. No dia 4 de Dezembro fez vinte anos que a guitarra se calou. Mas nhô Rendall ainda enche este país de música. Música grande como esta de “Guitar é mi”

“Guitar é mi” marca também o arranque da colecção “Cabo Verde Legendas”, lançada por Mário Lúcio, e deverá ser apresentada pela primeira vez no Sal, dia 16 de Fevereiro, seguindo-se São Vicente (22) e Praia (3 de Março).



D. Lopes ganha BET Wild-Out Wednesday

A música feita por caboverdianos nos Estados Unidos da América ganhou na quarta-feira, 25, um fôlego de todo o tamanho. É que D. Lopes, rapper crioulo nascido nos States, venceu o BET 106 & Park, um dos festivais de música mais prestigiados dos EUA. D. Lopes junta-se assim a uma galeria de cantores que encontraram neste evento o seu trampolim para a fama, caso de Alicia Keys ou Ashanti.

"My People" foi o single que deu a Daniel Lopes (ou simplesmente, D. Lopes) o primeiro lugar na Wild-Out Wednesday, do festival BET 106 & Park. Numa competição com direito a transmissão televisiva para todo o território dos EUA, Lopes pôs de lado os seus dois rivais e conquistou 35% dos votos dos telespectadores de toda a América.

E o trunfo desta vitória parece ter estado na alma que o músico colocou na sua interpretação na noite de tudo ou nada. É que "My People" resulta de uma descoberta interior de D. Lopes, que teve como palco o Cabo Verde que o músico ouvia nas histórias de menino. O contacto com as raízes foi determinante: "em 2003 fui pela primeira vez a São Nicolau, a ilha onde nasceram os meus pais. Nesse momento, lá no alto



das montanhas de Ribeira Brava, deu-se a descoberta de mim mesmo e do caminho que queria seguir".

Foi neste encontro profundo com um outro lado da sua identidade e com o que diz ser a sua gente e a sua terra, que o músico nascido em Brockton assumiu definitivamente uma filosofia de vida baseada no "back to the roots", que "My People" reflecte. Como explica, "esta é uma canção que fala sobre o regresso à terra-mãe. E para transmitir esta mensagem da melhor forma, durante o espectáculo

no BET 106 & Park coloquei em palco um grupo multicultural composto por pessoas que, como eu, se cobriam com as bandeiras dos respectivos países". Foi assim que, perante milhões de telespectadores, e num momento que o afirmaria como músico de mão cheia, D. Lopes se envolveu na sua bandeira cabo-verdiana "com todas as forças, do início ao fim da actuação". Desta forma, diz, "mostrei a todos o orgulho que tenho por este país que é a minha origem". É com esta consciência

plena dos vários lados da sua identidade que o artista crioulo deverá agora avançar para um outro patamar da sua carreira. É que, a avaliar pela dimensão que o BET 106 & Park tem nos EUA, a projecção de D. Lopes enquanto músico não tarda e mais, adivinha-se imensa. É que foi neste festival que as agora mundialmente famosas Alicia Keys e Ashanti saíram para a fama. Embora esteja consciente deste facto, D. Lopes faz questão de salientar que os esforços para fazer valer o seu som e a sua mensagem já começaram há muito.

De facto, a carreira do artista crioulo começou quando "era ainda muito jovem", conta, embora só aos 16 abraçasse o mundo do rap. "D. Lopes - I'm here KNOW" (2003) e "Bright Darkness (2005) foram os discos que o rapper editou até agora, tendo apresentado os seus temas um pouco por todo os EUA, e contabilizando já cerca de 50 espectáculos.

Em Maio, avança, "sairá um novo disco, 'Concrete Intelligence'". E numa altura em que o artista corre o risco de se ver envolvido numa avalanche de projectos, fica aqui apenas um desejo: "participar na edição deste ano do Baía das Gatas". E esta, heim?

PMC



JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS EM CABO VERDE

Jornalistas, estudantes de comunicação social e amantes da literatura: todos têm esta semana a oportunidade única de conhecer ao vivo José Rodrigues dos Santos, um dos nomes sonantes do jornalismo português, que se tem também vindo a revelar como escritor de mão cheia.

Embora seja essencialmente conhecido como apresentador do Jornal da Noite da RTP, José Rodrigues dos Santos tem uma carreira jornalística muito mais vasta, que o torna uma das maiores referências da comunicação social lusa. A experiência e o à-vontade com que domina a linguagem jornalística valerem-lhe inclusivamente várias distinções dentro e fora de Portugal. É o caso do Prémio de Jornalismo do Clube Português de Imprensa, em 1994, e de três galardões que recebeu da televisão norte-americana CNN em 1994, 1997 e 2000. Doutorado em Ciências da Comunicação, José Rodrigues dos Santos é também Professor na Universidade Nova de Lisboa.

Mas não é só no jornalismo que este profissional se destaca. Nos últimos anos, José Rodrigues dos Santos tem vindo igualmente a dar cartas no campo da produção literária, mostrando que também no romance histórico se sente como peixe na água.

É exactamente toda esta experiência e currículo que na próxima semana José Rodrigues dos Santos vem partilhar com os jornalistas, estudantes de comunicação social e com o público crioulo em geral. Assim, na segunda-feira, às 18h30m, o jornalista e professor orientará uma conferência sobre "Jornalismo e Escrita Literária", no Centro Cultural Português da Praia, uma iniciativa que se repete no Centro Cultural do Mindelo, na quinta-feira, à mesma hora.

Nesta visita às ilhas crioulas, José Rodrigues dos Santos traz também na mala as suas mais recentes obras, A Filha do Capitão e O Codex 632, que apresentará na terça-feira no CCP da Praia, às 18h30m, e na sexta-feira no Café Mindelo, também às 18h30m.

A vinda do jornalista a Cabo Verde é uma iniciativa do Centro Cultural Português/Instituto Camões.

Sexta-feira, 3 de Fevereiro de 2006

MARÇO MÊS DO TEATRO 2006

Para todas as idades

A programação de Março Mês do Teatro 2006 para a ilha de São Vicente já está definida. Além de três estreias absolutas, animação de rua e entrega do Prémio de Mérito Teatral, vai ser lançado o primeiro livro da colecção *Dramaturgia Cabo-Verdiana*, com peças de Espírito Santo Silva.

Segundo mais importante pólo de actividade teatral de Cabo Verde, depois do Festival Mindelact, Março Mês do Teatro será palco este ano de três estreias: "Pluft - o Fantasmilha" (Atelier Teatrakácia), "Psico" (Companhia Solaris) e "Upgrade Democracia" (Sarron.com). As duas últimas peças são textos originais escritos por dois jovens caboverdianos, Valódia Monteiro e Alexandre Fonseca Soares, respectivamente.

Alguns grupos vão também reencenar obras já conhecidas do público. Entre elas, o "Auto da Compadecida" (Grupo de Teatro do Centro Cultural Português do Mindelo-Instituto Camões) e "Mal d'Amor" (Teatro Infantil do Mindelo). E, como já

é tradição, no primeiro sábado de Março os alunos do Curso de Iniciação Teatral do CCP-ICA protagonizarão "Os Bichos Invadem a Praça".

Para mostrar que existe entre os grupos de São Vicente uma competição saudável e que compartilham o objectivo comum de elevar a qualidade do teatro que se faz na ilha do Porto Grande, os actores, dramaturgos, encenadores e demais agentes teatrais vão realizar no dia 27 de Março - Dia Mundial do Teatro -, um desfile com muita cor, música e alegria pelas ruas da cidade do Mindelo. Um evento que será, segundo a Associação Mindelact, uma "clara demonstração de força do teatro, que está bem vivo em São Vicente".

Será também nos dias de Março Mês do Teatro que a Associação Mindelact editará, com o patrocínio do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, o primeiro vo-



lume da colecção *Dramaturgia Cabo-Verdiana*. O volume intitula-se *Um estranho à minha mesa... (e outros textos dramáticos)* e é da autoria de Espírito Santo Silva.

Teresa Sofia Fortes

Teatro

CABO-VERDIANA E GANÊS DETIDOS NOS AEROPORTOS DA PRAIA E SAL



Emigração clandestina

A polícia fronteiriça deteve uma cabo-verdiana, detentora de passaporte português, que tentava viajar na companhia de duas crianças para Lisboa. A suspeita tinha apenas o seu filho verdadeiro averbado no passaporte, situação que alertou as autoridades policiais presentes no aeroporto da Praia, as quais impediram a cidadã luso-cabo-verdiana de apanhar o voo, que saía na madrugada do dia 30 de Janeiro rumo a Portugal.

Segundo a POP, as crianças - um rapaz e uma menina - são sobrinhos da adul-

ta e, pelos vistos, a viagem visava o reagrupamento dos membros dessa família em Portugal. Um objectivo natural, se não fosse o meio supostamente fraudulento usado para o atingir. O caso está sob investigação e, segundo garantiu a referida fonte, os documentos da mulher foram apreendidos.

Num outro episódio, a POP deteve e entregou à Judicatura um cidadão do Gana, por suspeita de ser ele um dos principais organizadores da viagem furtiva do navio Florence, que há um mês tentou zarpar de

Cabo Verde levando 240 passageiros clandestinos para a Europa. O suspeito entrou literalmente na boca do lobo quando procurou os serviços fronteiriços da POP, com o intuito de conseguir um salvo-conduto. O ganês, que entrou em Cabo Verde num iate francês, solicitou o salvo-conduto alegando que a sua documentação estava extraviada. No entanto, a Polícia conseguiu descobrir que tinha na sua posse uma cédula marítima com o seu verdadeiro nome.

Feita uma consulta ao arquivo informático, a Polícia de Fronteira descobriu que,

afinal, a pessoa em causa constava de uma lista de três indivíduos tidos como os presumíveis organizadores da viagem clandestina do Florence e que resultou em três mortos, quando supostamente se terá afundado um dos botes que transportava o pessoal até ao navio, entretanto fundeado a uma razoável distância da costa.

Detido, por suspeita de ter promovido a emigração clandestina, o ganês foi presente ao Tribunal do Sal e ficou a aguardar julgamento em prisão preventiva.

KzB

TRIBUNAL DO SAL JULGA ONZE SUSPEITOS DE TRÁFICO DE DROGA



Onze suspeitos de tráfico de estupefacientes estão a ser julgados no Tribunal da Comarca do Sal. Destes réus, quatro são cabo-verdianos, três de origem cabo-verdiana e com passaporte holandês, um cabo-verdiano com passaporte português, um português e dois senegaleses. Seis dos arguidos são homens e cinco são mulheres.

Dos casos agora em julgamento alguns são referen-

tes a 2004, o resto aconteceu em 2005. Os réus estão a ser ouvidos e julgados pelo juiz da Comarca de São Nicolau, Amândio Brito, porquanto o código penal nacional proíbe que o juiz que pronuncia, e que acompanhou o processo, neste caso, o juiz Faustino Monteiro, possa julgar.

Entretanto, de acordo com o código penal, os réus incorrem numa pena que pode ir até 20 anos de prisão. A pena máxima só acontece

caso seja provada o "associação criminosa", conforme explicou à imprensa o juiz Faustino Monteiro.

As apreensões de droga referentes a 2004 correspondem a 131 quilos de cocaína, enquanto em relação 2005, a PJ aponta 145 quilos de droga apreendida. Recorde-se que cada quilo de cocaína está avaliado em cerca de cinco mil contos cabo-verdianos.

KS

Idoso morre carbonizado

Um idoso morreu carbonizado numa casa de tambor, exactamente na altura em que a candidatura de Pedro Pires se preparava para arrancar com um comício, em Chã de Alecrim. Dorrim, como era conhecido, entrou na sua casa, feita de tambor e papelão, de onde minutos depois, populares viram labaredas de fogo a consumir tudo. Quando os bombeiros chegaram, era tarde para Dorrim, cujo corpo estava já transformado em cinzas.

Segundo testemunhas, o malogrado Dorrim estava bêbado e por isso desconfiam que, ao tentar acender alguma vela ou candeeiro, tenha pegado fogo à casota. Porém, a esposa da vítima assegura que ele não ti-

nha o hábito de acender nada quando chegava a casa bêbado. "la logo para a cama", assegura Ângela, que não sabe confirmar se, quando Dorrim entrou em casa, havia alguma vela ou candeeiro aceso.

Simpatizante do PAICV, Dorrim era estimado pela população de Chã de Alecrim. Apesar do seu vício da bebida, era visto como um homem simpático e que não "incomodava" ninguém. Devido a este incidente, a candidatura de Pedro Pires suspendeu o comício e marcou novo encontro com os moradores de Chã de Alecrim para esta sexta-feira.

KzB



CARNAVAL 2006

Passada a euforia das eleições, em que se ouviu muita batucada, os grupos carnavalescos de São Vicente começam a aquecer as baterias para poderem brilhar na 'passarela' do Mindelo. A maior novidade deste ano, pelo menos por enquanto, é o regresso do Estrelas do Mar, histórico grupo carnavalesco de São Vicente, depois de uma paragem de 10 anos.



Grupos aquecem as baterias em São Vicente

Dulce Lima, presidente do Estrelas do Mar, explica que os trabalhos para colocar o grupo na rua avançam a bom ritmo. Mas este progresso, segundo ela, deve-se ao facto de terem materiais em arquivo há muito tempo, nomeadamente tecidos para confecção dos trajes e dos andores. *"Muitas pessoas poderiam estar envolvidas no Carnaval, mas estão a trabalhar nas eleições. Mesmo assim, vamos apresentar dois andores que versarão o tema mar. Teremos ainda homens-tubarão, reis do mar, de entre outras figuras"*, explica Lima, para quem a ideia é reeditar a trajetória de sucesso do Estrelas do Mar, grupo criado na década de 70 e que fez história no Carnaval mindelense.

Também os jovens de *"Olhos Radiosos do Monte Cara"* estão a trabalhar a todo o vapor. De acordo com Fernando Fonseca, os ensaios deverão começar hoje, sexta-feira, mas os trabalhos de confecção dos carros alegóricos e dos trajes iniciaram-se há vários dias. Quanto ao temas o grupo, que sai pela segunda vez, contará a história das ilhas de Cabo Verde. Os apoios são poucos e, por enquanto, vieram somente da Câmara Municipal e da Enapor. Obstáculos que não travam o entusiasmo desses jovens. *"A nossa expectativa é, fundamentalmente, marcar presença no Carnaval de São Vicente. Mas vamos trabalhar para atingir o máximo"*, explica

este responsável, que espera levar 700 figurantes para as ruas.

E é exactamente a falta ou a escassez de apoios que mais está a afectar o Carnaval mindelense, embora as recentes eleições legislativas e as presidenciais em curso também estejam a provocar alguns constrangimentos por causa do envolvimento de altos responsáveis dos grupos nas campanhas. Com isso, grandes grupos como Monte Sossego, Baianas, Vindos do Oriente, Maravilhas do Espaço e Sonhos sem Limites adiaram o desejo de desfilar no Carnaval 2006. De fora fica também o Samba Tropical, grupo que aquece as noites de segunda-feira, por causa do falecimento recente de uma sócia-fundadora da escola.

"Este ano, não foram criadas atempadamente as condições para colocar os grupos na rua, por causa das eleições. Por outro lado, a Câmara Municipal de São Vicente reduziu para quatro mil contos o apoio que normalmente dá aos grupos para iniciarem os trabalhos. Pensamos que é altura de se começar a nivelar o Carnaval de São Vicente com outros acontecimentos importantes, como por exemplo o Festival da Baía", afirma Zeca de Monte Sossego, explicando assim o afastamento dos grupos tradicionais.

Assim, para o dia 28 de Fevereiro, a par dos grupos de animação, das escolas, jardins

infantis e grupos de jovens, desfilarão Estrelas do Mar, Olhos Radiosos de Monte Cara, Flores de Alecrim e Jovens de Monte Sossego. Está, no entanto, previsto para a noite de segunda-feira, 27, um assalto com o grupo Baianas de Monte Sossego.

Copacabana e Estrela Azul em São Nicolau

Enquanto isso, na ilha de São Nicolau os eternos rivais Copacabana e Estrela Azul já vão avançados nos trabalhos de confecção dos seus andores, e os ensaios devem arrancar no decurso da próxima semana. E optimismo é o que não falta. Osvaldo Fonseca, presidente do Copacabana, acredita que o seu grupo fará este ano um dos melhores desfiles de sempre. *"Como sempre vamos trazer dois carros alegóricos e à volta de 150 figurantes. Estes contarão a história das ilhas de Cabo Verde na música, trajes e nas alegorias dos andores"*, afirma Fonseca, para quem os trabalhos estão a decorrer bem.

Com um pouco mais de atraso está o grupo Estrela Azul por causa de algumas pendências financeiras de 2005. Segundo o seu presidente, Manuel Morais, em 2005 submeteram dois projectos a aprovação e o Comité de Coordenação do Combate à Sida financiou o tema que lhe dizia respeito, a Sida. Infelizmente para

o Estrela Azul, que trabalhou por conta do financiamento, apenas foi liberada uma única tranche da verba prevista.

"Por causa disso, estamos em apuros perante algumas casas comerciais", explica Morais, que não desanima e promete desfilar com dois andores e 200 figurantes. *"Vamos trabalhar o tema São Nicolau, berço da nossa cultura. Os nossos ensaios começam no dia 13 e esperamos o envolvimento das instituições, Câmara e Governo, mas também casas comerciais e outras pessoas"*, afirma Morais, que diz estar a trabalhar para que a política não interfira no Carnaval, e lembra o que aconteceu há dois anos, quando São Nicolau não festejou o Carnaval porque a data coincidiu com as eleições autárquicas.

As dificuldades são sobretudo ao nível da angariação de fundos, e os dois grupos, Copacabana e Estrela Azul, depositam as suas esperanças no dinheiro da CCCS, - Sida, embora tenham enviado cartas de pedido de apoio às empresas privadas e públicas. *"O Carnaval é a maior festa de São Nicolau. Muitas pessoas, principalmente emigrantes, estão a marcar as suas férias para essa altura, para poderem assistir ao Carnaval aqui. Recebemos pessoas de outras ilhas e turistas. É altura de dar ao Carnaval o seu valor"*, remata Fonseca.

Constância de Pina

Holandeses "descobrem" necessidades de São Nicolau

Chega a São Nicolau no próximo dia 16 de Fevereiro uma delegação holandesa, encabeçada por uma cabo-verdiana residente há 38 anos nos Países-Baixos, para pesquisar as áreas em que melhor poderá cooperar com esta ilha. Durante a sua estada na ilha de Chiquinho, além de equipar três escolas, vai distribuir mobiliário às famílias carenciadas das localidades de Praia Branca, Ribeira Prata e Fragata, no sul da ilha, para que estas possam viver com mais comodidade em suas casas.

A visita desta delegação holandesa a São Nicolau é uma

iniciativa de Maria do Carmo Figueiredo, uma emigrante cabo-verdiana que, dentro das suas possibilidades, procura dar a "mão" à sua ilha. Desta vez, Maria do Carmo ofereceu às escolas de Praia Branca, Ribeira Prata e Fragata equipamentos escolares, não só mesas e cadeiras, mas também computadores. *"Consegui esses equipamentos junto de uma escola na Holanda onde estavam a renovar todo o mobiliário. Perguntei ao director o que iam fazer com os equipamentos que estavam a retirar ele disse-me que iam para o lixo. Mas como estavam ainda em bom estado de*

conservação pedi que mos dessem. Enchi um contentor e com eles consegui renovar todo o mobiliário das escolas dessas localidades. São mesas, cadeiras, computadores, artigos de desporto, utensílios escolares, papel, lápis, canetas e bolsas escolares", informa Maria do Carmo.

Agora em Fevereiro chega um segundo contentor, desta feita com mobiliário para o lar. Isto é, depois de equipar as escolas de Fragata, Ribeira Prata e Praia Branca, Maria do Carmo quer oferecer algum conforto às famílias dessas mesmas localidades. O contentor está repleto

de mesas, cadeiras, frigoríficos, camas, colchões, computadores e alguns equipamentos hospitalares. Esses últimos serão entregues ao hospital do Tarrafal de São Nicolau. *"Esse mobiliário será distribuído pela delegação holandesa, que é composta por um director da escola e por várias pessoas que vêm a Cabo Verde para ver como podem ajudar São Nicolau. Fiz questão dessas pessoas presenciarem o acto para que possam inteirar-se das reais necessidades da ilha"*, frisa esta emigrante cabo-verdiana.

E os projectos de Maria do Carmo não se ficam por aqui.

Para além de apoiar as equipas de futebol da ilha, esta filha de São Nicolau tem propósitos consistentes, sobretudo para as áreas de agricultura, pesca e criação de gado. Os projectos ainda não estão delineados, mas esta emigrante pensa adquirir alguns botes para reforçar o sector das pescas e criar iniciativas produtivas que integrem mulheres chefes de família. Nesta tarefa, Carmo pretende envolver as autoridades nacionais e a sociedade civil holandesa. *"Não podemos ficar à espera do Governo. Se cada um fizer a sua parte, a nossa terra irá para a frente"*.

Constância de Pina